Para uma definição do conceito de “bio-política”

Maurizio Lazzarato

"Une vie ne contient que des virtuels”
(G. Deleuze)

1. Nossa hipótese central é de que a economia da informação capta e coloca no trabalho não mais o “tempo de trabalho”, mas o “tempo da vida”. Mas vamos dar um passo à frente e tentar definir o conceito de vida. Foucault já havia dito que o capitalismo se caracteriza pela instituição de técnicas de poder que ele definia como “disciplinares” e “bio-políticas”. Enquanto as primeiras tinham como objeto o “homem-corpo”, as últimas investiam no “homem-espécie”. Todas as duas se referiam à “multiplicidade dos homens”, mas enquanto as primeiras resolviam a multiplicidade em corpos, as últimas aludiam à “massa global investida de processos de conjunto que são específicos da vida, como a morte, o nascimento, a produção, a doença.” A técnica bio-política “recoloca os corpos no interior dos processos biológicos de conjunto.”

O que o tempo da vida implicado no pós-fordismo introduz de novo em relação ao conceito de vida foucaultiano? Parece que só se pode responder que introduz não apenas o inorgânico, como já foi sublinhado, mas também, e sobretudo, uma vida “a-orgânica”. E por vida “a-orgânica”, entendo fundamentalmente “o tempo e suas virtualidades”. Não o tempo abstrato, o tempo medida, mas o tempo-potência, o tempo como “fonte de criação contínua de imprevisíveis novidades”, “aquilo que faz com que tudo se faça”, segundo expressões de Bergson.

2. O conceito de bio-política deve compreender não apenas os processos biológicos da espécie, mas essa vida a-orgânica que está em sua origem,

---

1 É preciso considerar estes pontos como notas de um trabalho ainda em curso.
3 Ibidem, p.162.
e também na origem do vivente e do mundo. O capitalismo pós-moderno o impõe, porque o “virtual” (no sentido bergsoniano e não segundo a “vulgata” cyber) é o motor da criatividade. Um vitalismo temporal e não mais apenas orgânico, um vitalismo que remete ao virtual e não exclusivamente aos processos biológicos.

3. Uma primeira tradução sociológica do conceito de vida a-orgânica, do tempo e de sua força de constitução, pode ser expressa utilmente, já nas sociedades disciplinares, pelo conceito de “público”. Segundo Foucault, o objeto da bio-política é a “população”. A hipótese que se poderia desenvolver é de que o objeto da bio-política deve compreender não apenas a “população”, mas também o “público”. Por público entendemos, muito simplesmente, o público da imprensa, da televisão ou das redes informáticas. O conceito de público (“le public est une foule dispersée, où l’influence des esprits les uns sur les autres est devenue une action à distance” 5) foi extraído da sociologia. Gabriel Tarde, que, a cavalo do século passado, em plena grita reacionária contra as “multidões” (o conceito de multidão exprime o medo que o nascimento do movimento operário gerava na burguesia), declara: “Não posso conceder a um escritor vigoroso, o doutor Le Bon, que nossa época seja a ‘era das multidões’. É a era do público ou dos públicos, o que é bem diferente.” 6 A genealogia desse conceito é direta-mente ligada à necessidade de definir políticas de controle das práticas subversivas (anárquicas e sindicais) que explodiram na França no final do século XIX. 7

É através de uma presença no tempo, e não no espaço, que o público se constitui. A subordinação do espaço ao tempo define um bloco espaço-temporal que Tarde vê encarnado nas tecnologias da velocidade, da transmissão, do contágio e da propagação à distância. Enquanto as técnicas disciplinares se organizam fundamentalmente através do espaço, as técnicas de controle e de

---

4 Na realidade estas últimas questionam, como veremos, o conceito de público.
6 Ibidem, p. 11.
7 É evidente a diferença abissal que separa esta definição de “público” da definição habermasiana do “público” (burguês).
constituição do público colocam em primeiro plano o problema do tempo e da virtualidade.

4. Já no conceito foucaultiano de bio-política, emerge claramente o problema do tempo-duração. Com efeito, considerados em si, os fenômenos da população “são fenômenos aleatórios e imprevisíveis. Estes fenômenos se verificam essencialmente na duração, ou seja, devem ser considerados no interior de um certo limite de tempo, são fenômenos em série. É possível, portanto, dizer, de maneira sumária, que a bio-política vai se dirigir a esses acontecimentos aleatórios que se produzem no interior de uma determinada população considerada em sua duração.”

Mas se o conceito de “população” pode constituir-se e ser captado apenas através de séries temporais, Foucault vai sublinhar antes as características biológicas e de poder desse conceito. A dimensão temporal que Foucault introduz na definição da relação social adquire todo o seu sentido no “público”. Aqui, remeter aos processos biológicos da espécie não tem sentido.

Os mecanismos “reguladores” instaurados pela bio-política são radicalmente diversos dos mecanismos disciplinares e remetem, ao contrário, de modo surpreendente, aos mecanismos de regulação e de produção do público. “Vai se tratar, em primeiro lugar, de previsões, de estimativas estatísticas, de medidas globais, mas também de modificar, não tanto um determinado indivíduo enquanto indivíduo, quanto, essencialmente, a intervenção no nível dos fenômenos gerais. Mas será necessário, sobretudo, apresentar mecanismos reguladores que, no interior de uma população global, estejam em condições de determinar um equilíbrio, conservar uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações.”

De um lado temos uma tecnologia do adestramento, que individualiza o corpo como organismo, e do outro uma tecnologia da segurança que recoloca os corpos no interior de processos de conjunto. Foucault define

---

8 Michel Foucault, op. cit., p. 158.
9 Ibidem, p. 162.
esses processos de conjunto apenas como biológicos. Mas esses “mecanismos bio-políticos” referem-se também à constituição do público, que apresenta as mesmas características de aleatoriedade e de imprevisibilidade e que só pode ser captado e regulado através de séries temporais.

Se a regulação da “população” nos obriga a abandonar o binômio disciplinar “indivíduo-massa”, o conceito de público nos leva definitivamente para uma outra dimensão. “Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’ (dividuels), e as massas transformaram-se em amostras (des echantillons), dados, mercados ou ‘bancos’.\textsuperscript{10}

5. A citação de Deleuze remete explicitamente às técnicas estatísticas e de sondagem. Para Gabriel Tarde, segundo o qual existe nas nossas sociedades uma tendência a “transfigurar todos os grupos sociais em públicos”, o instrumento principal da regulamentação destes últimos será a estatística. A estatística deve traduzir em séries temporais não os dados, mas os “atos sociais” (morrer, nascer, comprar, vender etc.) e as “intensidades” (os “desejos”, as “crenças”) para poder definir a relação social através de tendências e variações, que são as únicas a poder regular o aleatório que constitui o específico dos públicos. Estes atos e estas intensidades são infinitesimais e moleculares, conscientes e inconscientes e constituem “fluxos” (“correntes”, segundo sua definição) que ultrapassam as distinções de individual e coletivo. Difundem-se, através da imitação, por “contágio” e “propagação”, além do contato físico característico das multidões.\textsuperscript{11}

Estes atos e estas intensidades, por sua natureza e por seu número, são “disciplinaiveis”. Somente um tratamento probabilista pode assegurar sua regulação. Estes atos, acrescentamos nós, são definidos no tempo e pelo tempo.

\textsuperscript{10} Gilles Deleuze, Pourparlers, Editions de Minuit, Paris, 1990, p. 244.

\textsuperscript{11} Introduzimos a teoria de Tarde não apenas porque antecipa os desenvolvimentos das técnicas de controle e regulação dos “públicos”, mas sobretudo porque busca introduzir na sociologia a “revolução molecular” operada pela ciência. Às semelhanças do mundo físico, químico e astronômico, que não são senão “repetições” de movimentos atômicos e de vibrações (“átomos de um mesmo corpo, ondas de um mesmo raio luminoso”), correspondem as semelhanças do “mundo social”, que não são senão “repetições” de fluxos infinitesimais ou moleculares de imitação (imitação-modas, imitação-tradição).
Não se trata, portanto, segundo Tarde, de desenhar uma “cartografia” da sociedade, mas uma “curvografia” (neologismo nosso, cuja raiz é a curva dos gráficos), pois a primeira nos dá uma imagem estática do que acontece, enquanto a segunda descreve uma dinâmica temporal, de tendências. A estatística deve aprender o social como evento.

6. O conceito de público (mais ainda que o de “população”) coloca em crise a regulação da multiplicidade através das tecnologias sociais centradas no espaço.\(^\text{12}\) Fica evidente que o “enfermement” não pode ser o paradigma do poder para controlar o público. O corpo pode ser reduzido a organismo através do “enfermement” e da disciplina, mas não o público. O público não é um fato social estático e redutível a organismo, mas uma variação, uma tendência, um tornar-se. Não poderia ser adestrado em um espaço fechado como acontece com uma multiplicidade “peu nombreuse” (operários, doentes, presos). A multiplicidade, no público, tende a se **tornar contemporaneamente molecular e imediatamente coletiva** e a assumir a forma do fluxo, da variação, da velocidade. Se os lugares de *enfermement* eram *relais* para controlar a velocidade daquilo que escapava à máquina de captura capitalista, com o público o movimento tornou-se tão molecular e coletivo, que essa redução não é mais possível. O público só poderia ser regulado e controlado em um espaço aberto; é preciso controlar os fluxos, enquanto tais, através dos elementos que os constituem: tempo, velocidade, “ação à distância”.

\(^{12}\) Foucault exemplifica os mecanismos “disciplinares” e “reguladores” na “cidade operária” do século XIX. Os primeiros funcionam através de “uma espécie de controle policial espontâneo exercido também através da própria disposição *espacial* da cidade” e da distribuição arquitetônica das “famílias (cada uma em uma casa) e dos indivíduos (cada um em um quarto)”. Os mecanismos reguladores, ao contrário, “dirigem-se à população enquanto tal e permitem ou induzem determinados comportamentos”. Trata-se de mecanismos ligados aos sistemas de seguros contra doenças ou velhice; às regras de higiene; à sexualidade e, portanto, à procriação; aos cuidados destinados às crianças e, portanto, à escolaridade. Estes mecanismos reguladores são, de qualquer forma, fundamentalmente relacionados às “pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a população”. Logo, as séries temporais são subordinadas à organização do espaço. A cidade pós-moderna articula diferentemente, em seus mecanismos de controle, a relação entre espaço e tempo.
Tarde tem uma intuição genial quando diz que o público é a dimensão sociológica do futuro, justamente porque esse grupo social é regulado através de um bloco de espaço-tempo organizado em séries temporais.

“Corpo”, “população” e “público” são modos diversos de disciplina e de regulação que não se opõem ou se contradizem, mas que podem se articular uns sobre os outros. Disciplina do corpo e regulação da população não desaparecem, mas o método de controle temporal assume uma relevância extraordinária. A bio-política é requalificada a partir dessa dimensão virtual (sempre em sentido bergsoniano e não segundo a vulgata cyber-cultural). Parece-me que é possível definir o público como o modelo mais dinâmico e mais desterritorializado e, portanto, como o modelo que tende a comandar e reorganizar os outros. O público, efetivamente, é um evento.

7. Não sabemos se a distinção entre “sociedades disciplinares” e “sociedades de controle” é suficiente para dar conta das transformações do capitalismo quando introduzimos o problema do tempo; quando o tempo não é mais apenas a matéria-medica do trabalho e das mercadorias, mas investe a vida em sua totalidade. De fato, essa distinção corre o risco de não dar conta da dimensão do “espetáculo”, da qual o conceito de “público-opinião” de Tarde define somente os próximos. O fordismo é incompreensível (também em sua simples fenomenologia) sem essa dimensão. O fordismo, com efeito, realiza a articulação da disciplina e do controle bio-temporal, levando à maturidade a tríade corpo-população-público na tríade “institucional” fábrica-welfare-espetáculo.

Na fábrica, o taylorismo radicaliza “cientificamente” a redução do corpo a organismo (sua redução aos esquemas sensores-motores). O welfare articula e dispersa a “população” em processos de reprodução, multiplican-

13 A categoria do “espetáculo”, quando compreende a realização da complexidade do paradigma fordista, nos leva ao limiar de um outro mundo. O espetáculo não é uma definição “sociológica” relativa a um aspecto da sociedade em particular (a mídia e o público), mas define a subordinação de todo o real ao capital. Por isso as distinções de imagem e objeto, de conceito e realidade, de verdadeiro e falso tendem a se tornar reversíveis. O limite da teoria da “sociedade do espetáculo” é registrar este espaçamento apenas do “ponto de vista do capital”, do ponto de vista do “espetáculo”.
do as figuras da “sujeição” (controle e instituição da família, das mulheres e das crianças, da saúde, da informação, da velhice etc.). O espetáculo articula e multiplica o público em uma relação cada vez mais estreita entre comunicação e consumo, requalificando também o “político”. No fordismo, corpo, população, público são técnicas disciplinares, de regulação e de controle, centradas na constituição da multiplicidade em força-trabalho. Fábrica, *welfare* e espetáculo são dispositivos de “maximização” das forças sociais, para “extraí-las” no trabalho.

De um ponto de vista mais geral, se poderia dizer que as técnicas disciplinares, bio-políticas e espetaculares visam controlar “o tempo” (forma subjetiva da riqueza) através da institucionalização da divisão entre “tempo de trabalho” e “tempo de vida”. É somente através dessa divisão que a fábrica opõe sua produtividade à não-produtividade da sociedade. Os mecanismos bio-políticos, disciplinares e espetaculares capturam a força criativa do tempo, “liberado” de qualquer referência mítica, religiosa ou natural, opondo o tempo que produz valor (tempo de trabalho) ao “tempo de vida” (que do ponto de vista do poder deve produzir controle e sujeição).

Fábrica, *welfare* e “espetáculo” são, portanto, as instituições que organizam, codificam e reproduzem esta divisão do tempo.

8. O fordismo (a “época da grande indústria”) transforma profundamente as formas do controle e da regulação que se organizam em torno do público. Aqui não podemos deixar de fazer referência às análises de Walter Benjamin sobre o cinema e a informação que podem ser utilizadas como articulação da passagem do conceito de “público”, de Tarde, ao conceito situacionista de “espetáculo”.

O cinema, e de uma maneira mais geral a produção cultural, que no fordismo começou a assumir caráter de massa, transforma radicalmente os modos da percepção coletiva; portanto, a diferença entre autor e público tende a perder seu caráter unilateral. Essa diferença “é apenas funcional, pode variar de um caso para outro. O leitor está, a cada momento, pronto para tornar-se escritor.” 14 A técnica do filme, assim como as do esporte, suscita a parti-

---

cipação do público como "conhecedor", como experto. O público-massa, novo "experto" que quer intervir como "autor", é o sujeito adequado não apenas à percepção, mas também à produção da obra. Benjamin tem o mérito de ligar a transformação do público em "experto" às transformações do trabalho e à ruptura da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, que a produção cinematográfica mostra de modo paradigmático. A constituição do operário coletivo e a constituição do público são as duas faces de um mesmo processo: assim como o operário é submetido aos choques da linha de montagem, o público é submetido aos choques da "linha das imagens montadas". Trabalho e perfeição são, ambos, organizados por dispositivos maquinícios.

O que me interessa sublinhar é que, ao contrário da análise de Tarde, aqui o público e seus instrumentos de regulação não produzem apenas controle e segurança, mas tendem a se tornar diretamente produtivos (produtivos de valor, mas também de outras formas de criação e de inovação coletiva).

9. O conceito de público nas diversas formas analisadas, de Tarde a Benjamin, parece socializar-se e ocupar um lugar central na análise do pós-fordismo. De fato, seja quando se considera o pós-fordismo como um modo de produção rebocado e comandado pela economia da informação, seja quando é considerado como generalização da "relação de serviço", a análise de Tarde segundo a qual "todos os grupos sociais tendem a transformar-se em público" parece se realizar.

A forma do trabalho, os processos de controle e subjetivação do welfare, a figura do consumidor são redefinidos através da relação e dos métodos de regulação que remetem à gestão do público, mais do que à disciplina e à bio-política. O trabalho, o consumo e a vida tendem a se transformar em fluxos (em "correntes", como dizia Tarde) que assumem ao mesmo tempo a forma molecular e coletiva;\(^{15}\) são, por isso, cada vez mais caracterizados

\(^{15}\) No trabalho, em última instância, tende-se a uma configuração que vê, de um lado, a "empresa individual" e, do outro, graduações de nível de socialização da economia mundo, sempre mais desterritorializados e coletivos. Nestas condições é a rede, e não mais a fábrica, que "controla" o trabalhador e captura o singular e o coletivo (humano e inhumano). Sociologicamente é a intermitência (a precariedade segundo a terminologia capitalista), o movimento (a mobilidade), a metamorfose (a polivalência) que definem "temporalmente" a atividade.
pela “aleatoriedade”, pela “imprevisibilidade”; tornam-se “fenômenos de série”, isto é, devem “ser considerados no interior de uma certa duração” e referem-se a uma “multiplicidade numerosa”, como dizia Foucault a propósito da população.

Mas ao mesmo tempo em que o “público” parece realizar-se como forma geral da relação social, ele mesmo entra em crise, pois a reversibilidade entre “percepção e trabalho”, que Benjamin havia anunciado, se realiza na economia da informação. Formas coletivas da percepção, formas coletivas do autor, tendência à reversibilidade da relação entre autor e público, papel ativo do espectador, através dos quais Benjamin definia a “produção cultural”, se realizam, porém, na indistinção-reversibilidade de percepção e trabalho.

A diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre autor e público, entre produtor e consumidor, entre máquina que produz valor e máquina que produz percepção, entre produção material e produção semiótica, é redefinida “produtivamente” (seja do ponto de vista do valor, seja do ponto de vista da autovalorização) na economia da informação, que se transforma em modelo paradigmático e em tendência real do desenvolvimento.

10. A economia da informação é a nova máquina de captação das “forças e dos signos” produzidos pelos movimentos de desterritorialização (como fenômenos histórico-coletivos) que, escapando aos códigos e processos de sujeição da fábrica, do welfare e do espetáculo, desestruturam as velhas estratificações (do organismo, da linguagem, da vida) e abrem-se para outros dispositivos coletivos de produção da subjetividade.

Os movimentos coletivos de desterritorialização recusaram, romperam e alteraram o trabalho, que hierarquizava e comandava o conjunto do trabalho social, definindo aquilo que era produtivo (o trabalho operário) e aquilo que não o era (o trabalho das mulheres, das crianças, dos artistas, dos velhos etc.). Aos dispositivos de subjetivação do welfare, centrados na reprodução da força de trabalho, os movimentos de mulheres, de estudantes, os movimentos pelo direito à moradia etc., opõem reivindicações centradas na especificidade de cada movimento. É com base na “relação consigo” e seus processos autônomos e independentes de subjetivação que o movimento de mulheres entra em relação e em conflito com o poder, rompendo assim a
subordinação, organizada pelo bio-poder, da “reprodução” à reprodução econômico-afetiva do trabalho. A linguagem que hierarquizava e comandava a multiplicidade das semióticas sob o imperialismo do significante e do simbólico, a desterritorialização opôs a pluralidade dos fluxos e das formas de semiotização não-humana e não-conscientizada (a-individual e a-significante). Ao “espetáculo concentrado” e ao “espetáculo difuso”, que neutralizava as virtualidades do “público-experto” (que quer intervir ativamente) através da passividade da recepção televisiva, os movimentos conseguem subtrair-se criando outras formas de comunicação e de criatividade.

Em geral, poderíamos dizer que os movimentos recusam a redução do corpo a “mecanismo” e a “organismo” (aos mecanismos sensores-motores), assim como recusam a redução da reprodução do corpo a processos “biológicos” de reprodução da espécie em função do trabalho. Para escapar positivamente às formas de subjetivação fordistas, eles constituem processos de produção de subjetividade centrados no corpo e no tempo - mas um corpo que vai do molecular ao cósmico e uma temporalidade não cronológica.

11. O pós-fordismo articula e desenvolve a mudança de paradigma que o conceito de “espetáculo” havia apenas enunciado. A indistinção entre imagem e objeto, real e imaginário, essência e fenômeno não remete ao “desaparecimento do mundo” e ao “fim da história”, mas a uma qualificação do real como cada vez mais artificial, temporal, virtual. Os fluxos que desestruturam o trabalho, a vida e o espetáculo não podem ser caracterizados apenas por sua força de desterritorialização. Devem também, e sobretudo, ser definidos intensivamente. A desterritorialização operada pelos movimentos (como fenômenos históricos coletivos) no final dos anos sessenta, arrasta consigo, portanto, a distinção entre “tempos de trabalho” e “tempo de vida”, liberando o tempo das suas “cristalizações” fordistas. Rompe o tempo-medida e faz emergir o tempo-criação, o tempo-potência cujas virtualidades não podem mais ser reguladas e capturadas pelas divisões entre “tempos de trabalho” e “tempo de vida”. O capitalismo devem assumir este novo plano de imanência temporal e requalificar, com base nesse tempo-potência, a sua valorização e a exploração.

Então, quando dizemos que o “trabalho” coincide com a “vida”, é preciso evitar todos os mal-entendidos trabalhistas e vitalistas, pois não se trata
de uma subsunção de uma categoria em outra, mas de uma mudança de paradigma que requer uma redefinição do trabalho e da vida. O trabalho não se estende e recobre a vida sem que essas duas categorias mudem de natureza. “Bios” não pode referir-se a sua redução aos “processos biológicos de conjunto”, assim como o trabalho não pode ser definido segundo as categorias da divisão fábrica/sociedade, trabalho manual/trabalho intelectual. O trabalho escapa da redução a mecanismos sensores-motores, assim como a vida escapa de sua redução biológica. Trabalho e vida apenas tendem à reversibilidade, mas são qualificados pelo “virtual” como abertura para a criação.

12. A crítica do “trabalho” deve ser também uma crítica do conceito de “vida”. A recusa da redução da vida aos “processos biológicos de reprodução da espécie” é um fenômeno da máxima importância. Uma análise genial de Foucault demonstra como a emergência do bio-poder “permitiu a inscrição do racismo no interior dos mecanismos do estado”. Efetivamente, como o poder de normalização moderno poderia exercitar o antigo direito soberano de decidir sobre a vida e a morte, uma vez que assumiu a tarefa de controlar, reproduzir ou aumentar a vida? “O racismo representa a condição com base na qual se pode exercitar o direito de matar. Fique bem claro que quando falo de levar à morte não me refiro simplesmente ao homicídio direto, mas também a tudo aquilo que pode ser morte indireta: o fato de expor à morte ou de multiplicar o risco de morte ou, mais simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição.”

O racismo permite estabelecer entre “a minha vida e a morte do outro” uma relação que não é de confronto militar ou guerreiro, mas uma relação de tipo biológico. O racismo não é, portanto, a sobrevivência de um passado arcaico, mas o produto de mecanismos estatais ligados aos métodos mais modernos e progressistas de gestão da vida. O nazismo, que vai realizar plenamente “a extrapolação biológica do tema do inimigo político”, não é o mal obscuro que contagia repentinamente o povo alemão, mas a generalização absoluta do bio-poder, que generalizou ao mesmo tempo o direito sobe-

16 Michel Foucault, op. cit., p. 167.
rano de matar (“absolutamente homicida e absolutamente suicida”).

No pós-guerra, quando o bio-poder era estreitamente subordinado à reprodução da “sociedade do trabalho”, os mecanismos do estado que o regulam não cessavam de secretar e de reproduzir o “racismo”. A produção do “racismo” é bloqueada apenas pelos conflitos de classe que, contra os próprios partidos de esquerda, redireciona o bio-poder para processos de autovalorização. Mas, sempre segundo a análise de Foucault, é preciso sublinhar que o “socialismo” (no sentido marxista do termo: socialismo do trabalho) produz e reproduz necessariamente o racismo. Isso é particularmente evidente na situação em que a integração entre instituições do movimento operário, estado e welfare é mais forte. É o caso dos assim chamados países “comunistas”, onde a explosão dos conflitos raciais e étnicos, depois da queda do muro de Berlim, pode ser interpretada como um produto puro do bio-poder “operário” sem luta de classes. Mas é também o caso dos países em que a esquerda chegou ao poder, como na França, e recriou as condições para uma relação estreita entre trabalho, vida e estado. Le Pen e as políticas de imigração não são, portanto, um produto da França profunda, mas dos mecanismos republicanos de reprodução da vida. É ainda o caso da Europa, que, querendo reproduzir a “sociedade do emprego”, desenvolveu um estado “assediado”, do interior e do exterior, pela imigração (os estrangeiros). A ideologia democrática do “trabalho para todos” requalifica “a extrapolação biológica do tema do inimigo político”.

---

17 O grande economista Kalecki demonstrou a maneira como as primeiras políticas de Welfare State e de gestão “keynesiana” do débito público foram experimentadas pelo nazismo.

18 O racismo “operário” do Partido Comunista Francês (PCF), até data bastante recente, é característico não somente da hostilidade contra os estrangeiros em geral, mas particularmente contra os estrangeiros na fábrica (confrontos duríssimos entre operários tayloristas magrebinos e operários qualificados franceses ou integrados na França, durante o fordismo). Se esses momentos de confronto (basta pensar na destruição com escavações das casas de imigrantes no início dos anos 80, por obra de um prefeito comunista) não podem ser generalizados para todas as situações do partido e mesmo se nunca foram codificados em uma linha política, são suficientes para mostrar a ambigüidade da política “comunista” nesse terreno.
É, portanto, da máxima importância que o bio-poder não seja reduzido à “reprodução da espécie” e à reprodução da sociedade do “trabalho-emprego”. O conceito deve ser requalificado pelo tempo-potência, isto é, pela capacidade de finalizar os mecanismos do welfare contra o estado e contra o trabalho. Quando falamos de vida a-orgânica, que deve fugir da redução do conceito de vida aos “processos biológicos de conjunto”, estamos nos referindo à necessidade de inventar dispositivos de produção da subjetividade que correspondam ao tempo-potência.

13. Trabalho e vida não são mais definidos pelo econômico e pelo biológico, mas por uma nova dimensão da atividade, que requalifica o “produzir” e a “reprodução da espécie” através do tempo-potência. À produção da subjetividade do fordismo (o operário, as formas de subjetivação do welfare e do espetáculo), os movimentos contrapõem concatenamentos de produção de uma subjetividade “qualquer”, qualificada pela capacidade de “afetar e ser afetado”.

A desterritorialização, para escapar do trabalho, da vida e da linguagem que aprisionavam as forças segundo os imperativos da valorização, define uma atividade que se refere apenas às “forças e aos signos”; aos movimentos e às velocidades que os constituem.

O conceito de “bios” é, portanto, requalificado não apenas extensivamente (não se opõe mais ao trabalho e ao “espetáculo”), mas também intensivamente pelo novo plano de imanência do capitalismo pós-fordista. Trabalho e vida são definidos pelos afetos (pela capacidade de afetar e ser afetado), por sua velocidade e intensidade e, portanto, pelo tempo. Se percepção, memória, intelecto, vontade tornam-se, segundo uma intuição bergsoniana, diferentes “tipos de movimento”, diferentes “relações entre fluxos”, então também os afetos são fluxos, diferenciais de intensidade, sínteses temporais.

---

19 A subjetividade, como afirmamos no capítulo 1, não deve mais ser definida como indeterminação absoluta (“a indeterminação capaz de qualquer determinação”), mas como potência absoluta. A aqui trata-se, bem entendido, de subjetividade “maquinica”.

20 O sujeito e o objeto, o espírito e a matéria são redefinidos por fluxos que os excedem e que fazem deslizar, sob a estabilidade da codificações, as forças pré-individuais e pré-pessoais e as forças supra-individuais e suprapessoais.
Não apenas os fenômenos sociais (como vimos com o conceito foucaultiano de “população”) “verificam-se essencialmente na duração”, mas também as forças e seus afetos. As forças e seus afetos são eles próprios “cristalizações do tempo”, “sínteses temporais” de uma miríade de vibrações, de “atos” infinitesimais, de intensidades, de “pequenas percepções”.

O tempo, segundo uma profunda intuição marxista, é o tecido do ser no capitalismo, mas segundo modalidades que romperam com a captura do tempo através do econômico (“tempo de trabalho”), o biológico (“tempo da vida”) e o “espetáculo” (“tempo vazio do remeter infinito do atual e do virtual”).

14. A economia da informação e seus dispositivos eletrônicos e numéricos podem exprimir, utilmente e de maneira empírica, essa implicação extensiva e intensiva do “tempo” (da vida). Intensivamente, as tecnologias eletrônicas e numéricas traçam (reproduzindo) esse novo plano de imanência feito de intensidade, de movimentos, de fluxos a-significantes, de temporalidade. Percepção, memória, concepção entram em relação com o novo plano de imanência traçado pelos fluxos dos dispositivos eletrônicos e numéricos. As tecnologias eletrônicas e numéricas realizam (reproduzindo-as) a percepção, a memória, a concepção como “diferentes tipos de movimento”, como “relação entre fluxos”, como “sínteses temporais”. Extensivamente são sempre essas máquinas que cobrem a totalidade da sociedade e da vida com suas redes.

As tecnologias numéricas e eletrônicas organizam materialmente a reversibilidade entre corpo individual e práticas sociais. O coletivo em nós e o coletivo fora de nós interconectam-se através de “máquinas” que os atravessam e os constituem, assim como atravessam e constituem as condições pré-individuais e supra-individuais da produção do real e da subjetividade.

Em outra oportunidade,21 tentei demonstrar como as máquinas eletrônicas e numéricas funcionam como motores que acumulam e produzem, não mais energia mecânica ou termodinâmica, mas justamente essa “energia” a-orgânica. Máquinas que cristalizam, acumulam, reproduzem e capturam o

---

tempo da vida e não somente o tempo de trabalho, que regulam e capturam a força do virtual.

Aqui é o numérico, e não mais a estatística como em Tarde, que tem a capacidade de capturar (de sintetizar) o molecular e o coletivo que caracterizam tanto a “natureza”, quanto o “social”.

O numérico permite apreender e reproduzir tanto as “pequenas vibrações” e sua dinâmica temporal que constituem intensivamente a vida, quanto os “atos sociais”, para dizer como Tarde, definidos não mais como “fatos”, mas antes como tendências e variações que constituem extensivamente a vida.

15. O conceito de vida contido no “tempo de vida” remete primeiramente, portanto, à capacidade de afetar e ser afetado, qualificada, por sua vez, pelo tempo, pelo virtual. A economia da informação captura, solicita, regula, tenta compor essa nova relação entre as “forças e signos” e os dispositivos coletivos organizados através de motores temporais. É nesse sentido que a economia da informação pode ser identificada com a “produção de subjetividade”.

A forma da rede e do fluxo exprime, ao mesmo tempo, a capacidade desses dispositivos de capturar não somente as formas de cooperação e de produção de subjetividade caracterizadas pela nova capacidade de “agir”,

22 Do ponto de vista mais diretamente econômico: segundo o “Osservatorio Mondiale dei Sistemi di Comunicazione”, o conjunto das indústrias da informação (audiovisuais, informática, telecomunicações) vai superar, no ano 2000, 6,3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, enquanto hoje representa 5,7%, ou seja, o equivalente ao mercado mundial do automóvel. Segundo o Conselho das Telecomunicações japones, o conjunto das tecnologias da informação constituirá, em 2010, 6% do PIB. A título de comparação, a indústria do automóvel representava, em 1990, 4,6% do PIB do Japão. Segundo o World Telecommunications Development Report de 1995, “o setor da info-comunicação (o conjunto telecomunicações, informática e audiovisuais) apresenta o dobro da taxa de crescimento do resto da economia. Hoje, para cada mil dólares ganhos ou gastos no mundo, 59 referem-se, direta ou indiretamente, à info-comunicação”. O valor agregado no setor não é gerado principalmente pela indústria de equipamentos, mas pela produção e gestão de serviços. Atualmente, por exemplo, o mercado de equipamentos de telecomunicações totaliza 0,39% do PIB mundial e o mercado de serviços 1,83%, em um total de 2,22%. No ano 2000, supondo-se uma taxa de crescimento do PIB de 2,2%, a parte relativa a cada um dos mercados no PIB mundial será, respectivamente, de 0,4% e 1,97%. Portanto, mais de 3/4 da produção será assegurada pelos serviços.
mas também as formas de cooperação e de produção de subjetividade fordistas e pré-fordistas, que se reproduzem na economia/mundo. E, ao lado da moeda,\textsuperscript{23} exprimem as novas formas de comando.

A economia da informação nos permite criticar o conceito de trabalho porque o motor das formas de cooperação não é mais apenas o seu tempo, mas o tempo da vida. Não se trata mais somente do fato de que o trabalho desempenha funções de controle das potências da técnica, da ciência e das forças genericamente sociais, mas também da mudança de sua natureza. É o desenvolvimento da capacidade de afetar e de ser afetado que estão nos fundamentos das formas de cooperação. As forças genericamente “humanas” (de percepção, memória, inteligência, imaginação, linguagem) e seus afetos são desumanizados porque diretamente conectados, por máquinas cibernéticas e eletrônicas, aos fluxos cósmico-moleculares e a dispositivos coletivos. Estas máquinas traçam um plano de imanência onde a separação entre “percepção” e “trabalho”, entre corpo e espírito, entre objetivo e subjetivo perde seu caráter unilateral e cria as condições de um novo poder de metamorfose e de criação.

16. **O tempo da vida, no pós-fordismo, remete, não aos processos biológicos de que nos fala Foucault, mas à “máquina-tempo”**. Tempo de vida é também sinônimo da complexidade das semióticas, das forças e dos afetos que participam da produção da subjetividade e do mundo. Tempo da vida é também multiplicidade dos “atos sociais” definidos como tendências e variações. Tempo da vida é o “tornar-se minoritário” das “subjetividades quaisquer”, não se define por sua “generalidade”, mas por seu poder de singularização e de metamorfose. Tempo da vida é uma definição do político que não remete mais à biologia, mas a uma política do “virtual”.

Trabalho e exploração, mas também “autovalorização” e “revolução” são requalificados por esta definição da vida.

\textsuperscript{23} O dinheiro, como cristalização do tempo, é o primeiro mecanismo de controle e regulação capitalista que “permite ou induz a determinados comportamentos” através de séries temporais. Talvez seja preciso entender nesse sentido a firmação de Deleuze segundo a qual “o homem moderno não é mais o homem enfermê, mas o homem enfóvido.”